

Possibilidades de emancipação humana: um caminho possível.

Roberto Biscoli¹

Resumo: Procuo, nesse pequeno ensaio teórico, discutir algumas possibilidades de mudança social no que diz respeito à realidade vivida por grupos sociais historicamente estigmatizados em especial a população negra brasileira. O que se questiona é como construir uma identidade valorizada socialmente, positiva para um povo estigmatizado² no qual o complexo de inferioridade esta muito presente no contexto social brasileiro sendo que a representação coletiva do que é ser negro acaba por produzir um racismo negro contra o negro, pois nas palavras de Fanon (2009, p.30) “a civilização branca, em especial a cultura europeia impuseram ao negro um desvio existencial violentíssimo que até a aquilo que se chama de alma negra é frequentemente uma construção do branco”. Base o exposto, parto do pressuposto que a desalienação do negro passa por um processo de transformação das representações coletivas que produzem e reproduzem as injustiças culturais e simbólicas ligadas à dominação cultural e as injustiças econômicas que acontecem na estrutura político-econômica da sociedade.

Palavras-chave: Mudança Social; Reconhecimento; Redistribuição; Representações Coletivas.

Possibilities of human emancipation: a possible path.

Abstract: In this short theoretical essay, I try to discuss some possibilities of social change with regard to the reality experienced by social groups historically stigmatized, especially the black Brazilian population. What is questioned is how to build a socially valued, positive identity for a stigmatized people in which the inferiority complex is very present in the Brazilian social context, and the collective representation of what it is to be black ends up producing black racism against black people, because in the words of Fanon (2009, p.30) “white civilization, especially European culture, imposed on the black a very violent existential deviation that even what is called the black soul is often a construction of the white”. Based on the above, I start from the assumption that the black disalienation goes through a process of transformation of the collective representations that produce and reproduce the cultural and symbolic injustices linked to cultural domination and the economic injustices that occur in the political-economic structure of society.

Keywords: Social Change; Recognition; Redistribution; Collective Representations.

1 Introdução

A submissão do negro a uma condição de inferioridade social, e de não humano é retratada em vasta literatura temática e teórica deixando claro a existência de uma realidade social habitada por representações coletivas sobre o negro enraizadas socialmente e praticadas no contexto social, vividas e

¹ Roberto Biscoli é doutor em Ciências Sociais, professor da área de antropologia no Colegiado do Curso de Ciências Socais na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Toledo.

² Para a sociologia o estigma está relacionado com a identidade social dos sujeitos e ou dos grupos sociais, sendo definido como marca ou sinal que designa o seu portador ou grupo social como desqualificado ou menos valorizado, conferindo-lhe um grau inferior de status social.

experienciadas no cotidiano muitas vezes de forma explícita e violenta e praticamente sempre de forma velada, mas não menos perversa.

De acordo com Escobar e Baptista (2018, p.62):

A população negra, no período colonial escravista, não tinha direito a dignidade ou a humanidade, era um povo considerado sem alma perante a igreja. Mulheres negras e homens negros, de forma animalizada, eram utilizados como reprodutores de escravos, que forneciam mercadoria gratuita aos escravocratas. Não existia família negra. Todo bebê negro que nascia, fazia parte do comércio do dono de escravos. Poderia ser alugado, vendido, açoitado, usado até a quando suas forças não aguentassem mais. Eram simplesmente coisas, animais, menos pessoas. E as mulheres negras, desde a infância, serviam como objeto sexual. O estupro e todo o tipo de violência sexual eram comuns quando se tratava do corpo das mulheres negras. Por todo esse contexto, negros e negras, em várias partes do mundo, sofrem com a colonização de suas mentes e com “complexo de inferioridade” internalizado em relação ao branco.

Arelado ao exposto acima, construiu-se um discurso no Brasil que fala sobre democracia racial, de convivência pacífica entre brancos, negros e indígenas com a finalidade de encobrir, as desigualdades sociais. Na visão de Figueiredo (2015, p.155), “as desigualdades sociais caminham lado a lado com o discurso da democracia racial e da mestiçagem, o que dificulta, sobremaneira, que os negro-mestiços no Brasil tenham consciência da sua condição social estar relacionada à sua condição racial e, conseqüentemente, assumirem a identidade negra”.

O fato é que, no Brasil,

Negros nascem com peso inferior a brancos, têm maior probabilidade de morrer antes de completar um ano de idade, têm menor probabilidade de frequentar uma creche e sofrem de taxas de repetência mais altas na escola, o que leva a abandonar os estudos com níveis educacionais inferiores aos dos brancos. Jovens negros morrem de forma violenta em maior número que jovens brancos e têm probabilidades menores de encontrar um emprego. Se encontrarem um emprego, recebem menos da metade do salário recebido pelos brancos, o que leva a que se aposentem mais tarde e com valores inferiores, quando o fazem. Ao longo de toda a vida, sofrem com o pior atendimento no sistema de saúde e terminam por viver menos e em maior pobreza que brancos. (IPEA, 2007 apud CICONELLO, 2008, p.3).

É no cotidiano que o racismo é percebido, vivido, experienciado: vemos isso nos postos de trabalho, nas universidades, nas programações televisivas, onde os negros/as, quando aparecem, ocupam as tradicionais posições de subordinação como nos papéis de empregada doméstica, de bandido, de prostituta, de menino de rua, de segurança; vemos isso nas piadas e expressões de cunho racista. São milhões de atitudes, gestos, opções e decisões que diuturnamente são tomadas dentro de uma estrutura social e simbólica na qual a cor da pele é um determinante importante. (CICONELLO, 2008).

No Brasil existe um contexto ideológico e histórico forçando a assimilação por parte da população negra de uma identidade estigmatizada que lhes foi imposta pela população branca, fato este que acaba sendo naturalizado por negros e não negros. Para Fanon (2008) esse condicionamento bloqueia possibilidades de emancipação, que somente aconteceria mediante ação externa. “O negro é um homem negro; isto quer dizer que, devido a uma série de aberrações afetivas, ele se estabeleceu no seio de um universo de onde será preciso retirá-lo” (FANON, 2008, p.26) precisando ser liberado de si próprio.

A essa internalização de categoria atribuída ou imposta de um grupo a outro grupo, Escobar e Baptista (2018, p.62) chamam de “colonização de mentes” que se dá nas representações coletivas atingindo não negros e negros produzindo uma alienação de todos frente à realidade social.

Nesse sentido a alienação do negro não é apenas uma questão individual, e sim um fenômeno socialmente construído, que afeta negros e não negros e que se faz presente nas representações coletivas de uma sociedade, que opera como importante mecanismo do colonialismo, ou seja, funciona como engrenagem de um sistema político capitalista, sendo o racismo também, para além dos domínios coloniais, um mecanismo de distribuição de privilégios em sociedades marcadas pela desigualdade. (ROCHA, 2015).

Fanon nos chama a refletir sobre como libertar o homem negro de si próprio. Para Fanon (2009, p.28) “a verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais”. Mas a luta tem que ser ainda maior, ou seja, a luta deve ser uma luta pela libertação do ser humano e pela resignificação da cultura e das suas representações culturais.

Fanon (2008, p.15) concorda que “racismo e colonialismo deveriam ser entendidos como modos socialmente gerados de ver o mundo e viver nele” e que apresentam desdobramentos como formas de dominação entre os seres humanos no mundo moderno. “Significa, por exemplo, que os negros são construídos como negros” (FANON, 2008, p.15). Base o exposto, racismo e colonialismo, na sua origem, podem ser comparados à religião, pois, são produtos do pensamento coletivo. “A religião é uma coisa eminentemente social. As representações religiosas são representações coletivas que exprimem realidades coletivas” (DURKHEIM, 1983, p.212).

Nesse sentido, racismo e colonialismo são representações coletivas que “traduzem a maneira pela qual o grupo se enxerga a si mesmo nas relações com os objetos que os afetam”. (DURKHEIM, 1987, p.26). Sua superação passa pela desconstrução dessas visões de mundo, desse sistema de ideias, das práticas sociais internalizadas pelas pessoas negras e não negras.

Para Rocha (2015, p.111), a superação do racismo e do colonialismo passa pela emancipação humana, passa pela descolonização dos homens. “Descolonizar é criar homens novos, modificar fundamentalmente o ser, transformar espectadores em atores da história”. O que vem de encontro a visão de Fanon (2008, p.15) que “anuncia que gostaria de transformar o negro em um ser de ação”.

2 Possíveis caminhos

Nancy Fraser (2001, p.247) apresenta um caminho possível para a superação do racismo. Destaca que sua preocupação “é a relação entre o reconhecimento da diferença cultural e a desigualdade social”, e com essa afirmação ela nos dá dicas do caminho a ser trilhado. Reconhece as injustiças sociais entre elas à injustiça cultural ou simbólica ligada a padrões sociais de representação como dominação cultural, não reconhecimento do outro, o desrespeito ao outro. E a injustiça econômica, enraizada na estrutura político-econômica da sociedade, como a exploração capitalista, a marginalização econômica, a privação das condições econômicas mínimas a vida (FRASER, 2001).

Qual a solução para tais questões sociais? Segundo Fraser (2001, p.252) “O remédio para injustiça cultural, é algum tipo de mudança cultural ou simbólica, a ser chamado por ela de reconhecimento”, o que produz na realidade social alterações nas representações coletivas sanando injustiças culturais. “O remédio para injustiça econômica é reestruturação político-econômica de algum tipo, que ela vai chamar aqui de redistribuição”. (p.252).

O problema desses tipos de remédios para os problemas sociais é que reivindicações de reconhecimento estão ligadas a grupos que afirmam seus valores, tendendo a promover diferenciação entre grupos e reivindicações redistributivas exigem a abolição de arranjos econômicos que causam especificidade de grupos como salários diferentes para homens e mulheres. Ou seja, as políticas de

reconhecimento tendem a promover a diferenciação, e as políticas redistributivas tendem a eliminar as diferenças.

A questão racial e sua superação apresentam uma complexidade ainda maior, pois segundo Fraser (2001, p.259) “raça é uma coletividade ambivalente, diferenciada tanto na estrutura político econômica com na estrutura cultural valorativa”, ela precisa ao mesmo tempo reivindicar e negar suas especificidades, pois quando oprimida ou subordinada, sofre injustiças ligadas à economia política e a cultura simultaneamente.

Como parte de um legado histórico do colonialismo e da escravidão, que elaboraram categorizações raciais para justificar as formas brutas de apropriação e de exploração, negros, pessoas de cor ocupam ainda hoje posições de trabalho mal pagas, sujas, domésticas evidenciando uma divisão de trabalho, como uma casta político-econômica, pautado na cor, na raça (FRASER, 2001). O resultado é uma estrutura político-econômica que gera modos de exploração, marginalização e privação específicos de raça. Visto nessa perspectiva, “injustiças raciais aparecem como uma espécie de injustiça que clama por soluções redistributivas, exigindo a abolição da divisão racial do trabalho. A lógica do remédio é eliminar a diferença de raça”. (FRASER, 2001, p.263).

Por outro lado, raça também tem dimensões culturais-valorativas. Um aspecto central do racismo é o eurocentrismo: “que é a construção autoritativa de normas que privilegiam traços associados com o fato de se ser branco. Ao lado disso está o racismo cultural: a desvalorização e depreciação de coisas tidas como negras, marrons e amarelas”. (FRASER, 2001, p.263). Temos aqui injustiças de reconhecimento que exigem a construção de uma identidade positiva para o grupo que valorize elementos raciais negros.

Com base no exposto as pessoas de cor sofrem pelo menos dois tipos analíticos de injustiças, elas necessariamente requerem pelo menos dois tipos analiticamente distintos de remédios, redistribuição e reconhecimento.

O problema aqui é que os dois remédios apontam para direções opostas. A lógica da redistribuição é eliminar as diferenças raciais, a lógica do reconhecimento é valorizar a especificidade racial. Como podem as raças estigmatizadas simultaneamente lutar para abolir diferenciações raciais e valorizar a especificidade cultural de grupos raciais subordinados?

Para sair desse dilema Fraser (2001) sugere dois outros remédios para curar injustiças que estão presentes nas situações que necessitem de reconhecimento e redistribuição. Fraser os chamará de afirmação e transformação. Por remédios afirmativos para injustiças entendem-se remédios voltados para a correção de resultados indesejáveis de arranjos sociais sem perturbar o arcabouço que os gera. Por remédios transformativos, entendem-se remédios orientados para a correção de resultados indesejáveis precisamente pela reestruturação do arcabouço genérico que os produz.

Os remédios afirmativos são usados para corrigir injustiças culturais, associados ao multiculturalismo dominante. Esse tipo de multiculturalismo propõe reparar o desrespeito por meio da reavaliação das identidades injustamente desvalorizadas do grupo, enquanto deixa intacto tanto o conteúdo dessas identidades quanto as diferenciações de grupo que as embasam. (FRASER, 2001).

Os remédios transformativos são associados a desconstrução. Eles reparariam o desrespeito por meio da transformação da estrutura cultural-valorativa. Pela desestabilização das identidades e diferenciações de grupos existentes, esses remédios não iriam apenas elevar a autoestima dos integrantes dos grupos atualmente desrespeitados, mas mudariam a percepção de todos sobre a individualidade. (FRASER, 2001)

Fraser (2001) cria uma matriz onde estão contidos horizontalmente os remédios afirmativos e os transformativos. O eixo vertical vai conter os dois aspectos de injustiças: redistribuição e reconhecimento. Na primeira célula, cruzam-se redistribuição e reconhecimento, aparece o projeto do Estado do Bem-Estar Liberal. Na segunda célula, cruzam-se redistribuição e transformação, aparece o projeto socialista. Na terceira célula, cruzam-se reconhecimento e afirmação, aparece o projeto

dominante do culturalismo e na quarta célula, cruzam-se reconhecimento e transformação, aparece o projeto de desconstrução.

Vale destacar que essa matriz lança simultaneamente, o multiculturalismo dominante como análogo cultural do Estado do Bem-Estar liberal, e a desconstrução como análoga cultural do socialismo como demonstrado na tabela a seguir:

	Remédio de Afirmação	Remédio de Transformação
Injustiça de Redistribuição	Quadro 01 O Estado do Bem-Estar liberal: Realocações superficiais de bens existentes: apoia diferenciação entre grupos, pode gerar não-reconhecimento.	Quadro 02 Socialismo: Reestruturação profunda das relações de produção, elimina diferenciações entre grupos, pode ajudar a curar algumas formas de não-reconhecimento.
Injustiça de Reconhecimento	Quadro 03 Multiculturalismo dominante: Realocações superficiais de respeito às identidades de grupos, apoia diferenciações entre grupos.	Quadro 04 Desconstrução: Reestruturação profunda das relações de reconhecimento, desestabiliza diferenciações entre grupos.

(FRASER, 2001, p.273).

Para resolver ou minimizarmos os problemas do racismo na sociedade, é necessário corrigir, reparar injustiças econômicas e culturais, pois, trata-se de um fenômeno que necessita de reconhecimento e redistribuição.

Fraser (2001) utilizando-se da presente tabela, analisa até que ponto pares de remédios poderiam ser simultaneamente usados para lidar com a questão racial como coletividade ambivalente.

No caso de se combinar os quadros 01 e 03, redistribuição afirmativa com reconhecimento afirmativo. A redistribuição afirmativa para reparar injustiça racial na economia inclui ações afirmativas, e um esforço para que pessoas de cor tenham participação justa nos empregos existentes e lugares educacionais, enquanto deixa intactos a natureza e o número desses empregos e lugares. Já o reconhecimento afirmativo para reparar injustiça racial na cultura inclui nacionalismo cultural, o esforço para assegurar as pessoas de cor respeito por meio da valorização da negritude, mas deixa intacto o código binário branco/negro que dá sentido à relação. (FRASER, 2001).

A combinação desses dois remédios, redistribuição afirmativa e reconhecimento afirmativo coloca de um lado a política socioeconômica liberal de anti-racismo e do outro a política cultural de nacionalismo negro ou poder negro não é a melhor combinação para corrigir o problema racial pois a redistribuição afirmativa não afeta o nível profundo no qual a economia política é influenciada pela raça. Não ataca a divisão por raça dos explorados, do trabalho em excesso, nem de ocupações de subempregos. Deixa intactas as estruturas que geram a desvantagem racial. Ao beneficiar essas pessoas com programas assistenciais (cotas em universidades, por exemplo) elas podem ser vistas como pessoas privilegiadas, com um tratamento especial. Problema este que é acentuado quando acrescido da estratégia do nacionalismo cultural de reconhecimento afirmativo que visa valorizar as diferenças dos negros, que neste caso aparece como uma afronta ao Estado de Bem Estar liberal. (FRASER, 2001).

No caso de combinar os quadros 02 e 04, redistribuição transformativa com reconhecimento transformativo. Redistribuição transformativa para reparar injustiça racial na economia consiste de alguma forma de anti-racismo socialista democrático ou de anti-racismo social-democrático. E reconhecimento transformativo para reparar injustiças raciais na cultura consiste da desconstrução anti-racista voltada para desestruturar o eurocentrismo por meio da desestabilização de dicotomias raciais.

Neste caso estamos combinando a política socioeconômica anti-racista socialista com a política cultural de desconstrução anti-racista. (FRASER, 2001).

O objetivo de longo prazo do desconstrutivismo anti-racista é produzir uma nova visão de mundo, novas representações coletivas em uma cultura na qual são substituídas dicotomias hierárquicas raciais por redes de diferenças cruzadas múltiplas que são fluídas e não massificadas. Objetivo este que é consistente com a redistribuição transformativa socialista. A desvantagem na utilização desses tipos de remédios, para ser aplicado no Brasil, é que seus efeitos são a longo prazo, pois tanto a política cultural desconstrutivista anti-racista como a política econômica socialista anti-racista, atualmente estão deslocadas, não fazem parte dos interesses imediatos e identitários da maioria das pessoas negras e não negras no Brasil.

Apesar da desvantagem, o cenário que mais escapa do dilema de redistribuição/reconhecimento é o socialismo na economia e desconstrução na cultura, pois teriam o poder de produzir transformações na realidade social, seja econômica ou cultural ao lidar com coletividades ambivalentes como é o caso da raça. Destaca-se ainda que essa combinação promove melhor a construção de coalizões, necessária hoje dados a multiplicidade de antagonismos sociais. Nesse contexto, o projeto de transformação as estruturas profundas da economia política e da cultura parece ser orientação programática ampla capaz de fazer justiça a todas as atuais lutas contra injustiça. Ela não supõe um jogo de soma zero. (FRASER, 2001).

3 Considerações finais

A emancipação humana, a desalienação do negro e do não negro, as transformações culturais e econômicas são processos complexos que exigem mudanças nas visões de mundo, nas representações coletivas da sociedade brasileira, que rompam com o colonialismo europeu que impôs ao negro esse desvio existencial violentíssimo e que possam minimizar ou eliminar as injustiças culturais e simbólicas e as injustiças econômicas.

Quando Fanon (2008, p.26) diz que o negro esta “no seio de um universo de onde será preciso retirá-lo”, que é preciso ainda o tornar um homem de ação, e para isso aconteça ele tem que tomar consciência das realidades econômicas e sociais, fica evidente a necessidade de ações, individuais e coletivas que produzam as transformações culturais, simbólicas e estruturais na sociedade.

As ações podem ser das mais simples as mais complexas. Figueiredo (2015, p.156) destaca que “o modelo que vigora hoje nos movimentos feministas negros jovens brasileiros é uma assunção da identidade negra baseada na aceitação de si”. Aceitação que implica no uso do cabelo natural como símbolo de afirmação da identidade negra. Esse é um processo de desconstrução identitária e ao mesmo tempo de construção de uma nova identidade que passa pela reelaboração de discursos e práticas que reinventam a experiência negra.

O objetivo das ações pode ser produzir efeitos a curto ou a longo prazo, mas seu foco deverá ser produzir uma nova visão de mundo, novas representações coletivas que corrijam as injustiças sociais.

4 Referências

CICONELLO, Alexandre. O desafio de eliminar o racismo no Brasil: a nova institucionalidade no combate à desigualdade racial. In.: **From Poverty to Power**. 2008.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Editora da EDUFBA, 2008.

FIGUEIREDO, Angela. Carta de uma ex-mulata a Judith Butler. **Periódicus**. Salvador. n. 3 v. 1, 2015.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In.: Jessé Souza (org). **Democracia hoje**. Novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: ed. UNB, 2001.

SCOBAR, Geanine Vargas; BAPTISTA, Maria Manuel R. T. Lesbianidade negra, interseccionalidades, e o pensamento descolinizado. In: **Cultura e identidade: subjetividades e minorias sociais**. FILHO, Flavia Ferreira Lisboa; SILVA, Thomas Josue (orgs.) Santa Maria: FACOS-UFSM, 2018

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 13 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.1987.

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. In.: **Os pensadores**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural.1983.

ROCHA, Gabriel dos Santos. Antirracismo, negritude e universalismo em Pele negra, máscaras brancas de Frantz Fanon. **Sankofa: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**. Ano VIII. nº XV. Agosto/2015.